STJ00082928

SUMÁRIO

Apresentação (desta 31ª edição) 5
Apresentação (da 1ª edição) 7
Prefácio desta 30ª edição 9

PRIMEIRA PARTE – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I – O Estado e o Poder de Tributar

1. O Estado e sua atividade financeira 29
2. O poder de tributar 32
3. Poder e competência 33
4. Atribuição de competência e distribuição de receita 34
5. Os princípios jurídicos da tributação 36
   5.1 – Legalidade 37
   5.2 – Anterioridade 40
   5.3 – Igualdade 43
   5.4 – Competência 44
   5.5 – Capacidade contributiva 44
   5.6 – Vedação do confisco 46
   5.7 – Liberdade de tráfego 48
   5.8 – Garantias do contribuinte e tributação extrafiscal 49
6. Tributação e solidariedade social
   6.1 – Solidariedade social como princípio constitucional 50
   6.2 – Solidariedade e legalidade 50
   6.3 – Solidariedade e capacidade contributiva 51
   6.4 – Relativização dos princípios 52
   6.5 – Solidariedade e gasto público 52

Capítulo II – O Direito Tributário

1. Conceito, denominações e finalidade 54
2. Natureza, posição e autonomia 57
3. Direito Tributário, Direito Financeiro e Ciência das Finanças 59
4. Tributo: conceito e espécies 61
5. Classificação dos tributos 73
6. Função dos tributos 74
7. Tributo oculto ou disfarçado
   7.1 – Na teoria geral do Direito 75
   7.2 – No Direito Brasileiro 75

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.3 – Exemplos de tributos disfarçados ou ocultos no Direito Brasileiro
7.3.1 – Valor da outorga 76
7.3.2 – Sobrepreço nos monopólios estatais 76
7.3.3 – Contraprestação de serviços de uso compulsório 77
7.4 – Inconstitucionalidade
7.4.1 – Sistema tributário e direitos fundamentais 77
7.4.2 – Contrariedade ao sistema 78
8. Regime especial em matéria tributária
8.1 – Conceito e espécies 78
8.2 – Regimes especiais e isonomia 78
8.3 – Regimes especiais no plano constitucional 79
8.4 – Regime especial de fiscalização e sanção política 80

SEGUNDA PARTE – NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Capítulo I – Legislação Tributária

1. Lei e legislação 83
2. Lei ordinária e lei complementar 84
3. Princípio da legalidade 87
4. Medidas provisórias 90
5. Tratados e convenções internacionais 92
6. Decretos e regulamentos 93
7. Normas complementares 95

Capítulo II – Vigência e Aplicação da Legislação Tributária

1. Vigência e aplicação 98
2. Vigência da legislação tributária no espaço 99
3. Vigência da legislação tributária no tempo 99
4. Os princípios da anualidade e da anterioridade 100
5. Aplicação imediata 104
6. Aplicação retroativa 106

Capítulo III – Interpretação e Integração da Legislação Tributária

1. Interpretação e integração 109
2. Métodos de interpretação 111
3. Meios de integração 113
4. Posições apriorísticas e o interesse público 116
5. Institutos, conceitos e formas de Direito Privado 117
6. Interpretação econômica 119
7. Interpretação literal 120
8. Interpretação benigna 122
9. Fontes da interpretação 123
10. Interpretação e aplicação 124
11. Os princípios jurídicos e a interpretação 124

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo IV – Obrigação Tributária

1. Conceito e espécies 128
2. Natureza jurídica 131
3. Fato gerador 132
   3.1 – Fato gerador da obrigação principal 133
   3.2 – Fato gerador da obrigação acessória 134
   3.3 – Fato gerador e hipótese de incidência 134
   3.4 – Quando se considera consumado o fato gerador 136
   3.5 – Norma geral antielisão 137
   3.6 – Negócios jurídicos condicionais 140
   3.7 – Insubsistência do fato tributável 140
4. Aspectos ou elementos do fato gerador
   4.1 – Aspecto material ou nuclear 141
   4.2 – Base de cálculo 142
   4.3 – Alíquota
      4.3.1 – Conceito e importância 143
      4.3.2 – Alíquotas específica e percentual 143
      4.3.3 – Alíquotas fixas e variáveis 144
      4.3.4 – Alíquotas progressivas e regressivas 144
      4.3.5 – Alíquota zero 144
   4.4 – Diferimento de incidência 145
5. Sujeito ativo 145
6. Sujeito passivo 149
   6.1 – Convenções particulares 152
   6.2 – Solidariedade 153
      6.2.1 – Benefício de ordem 154
      6.2.2 – Efeitos da solidariedade 155
   6.3 – Capacidade tributária 155
   6.4 – Domicílio tributário 157
7. Responsabilidade tributária 158
   7.1 – Responsabilidade dos sucessores 160
   7.2 – Fusão, transformação ou incorporação 163
   7.3 – Continuação da atividade 164
   7.4 – Responsabilidade de terceiros 166
   7.5 – Responsabilidade por infrações. Sua exclusão pela denúncia espontânea 171
   7.6 – Exclusão da responsabilidade pelo desconhecimento da lei 179

Capítulo V – Crédito Tributário

1. Conceito 180
2. Constituição do crédito tributário 182
   2.1 – Lançamento. Sua natureza. Legislação aplicável 182
   2.2 – Critérios jurídicos no lançamento 185
   2.3 – Modalidades de lançamento 186
      2.3.1 – Lançamento de ofício 186
      2.3.2 – Lançamento por declaração 187
      2.3.3 – Lançamento por homologação 188

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3.4 – A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto ao lançamento por homologação 190
2.4 – Revisão do lançamento 191
2.5 – Depósito judicial e lançamento 193
3. Suspensão do crédito tributário 194
3.1 – Moratória 195
3.2 – Depósito
3.2.1 – Ato voluntário e seus efeitos 198
3.2.2 – Suspensão da exigibilidade do crédito tributário 199
3.2.3 – Suspensão da exigibilidade do dever de pagar antecipadamente 199
3.2.4 – Montante integral 200
3.2.5 – Depósito e consignação em pagamento 200
3.2.6 – Procedimento 201
3.2.7 – Decadência e prescrição 201
3.2.8 – Levantamento ou conversão em renda 202
3.2.9 – Depósito e execução fiscal 203
3.2.10 – Onde é feito o depósito 203
3.2.11 – Depósito como pagamento provisório 203
3.3 – Reclamações e recursos 206
3.4 – Medida liminar em mandado de segurança 207
3.5 – Medida liminar e antecipação da tutela 208
4. Extinção do crédito tributário 208
4.1 – Pagamento 210
4.2 – Pagamento indevido. Restituição 214
4.2.1 – Extinção do direito à restituição 218
4.2.2 – Anulamento de decisão denegatória de restituição 220
4.3 – Compensação 221
4.4 – Transação 227
4.5 – Remissão 227
4.6 – Decadência 228
4.7 – Prescrição 236
4.8 – Conversão de depósito em renda 238
4.9 – Pagamento antecipado e homologação do lançamento 239
4.10 – Consignação em pagamento 239
4.11 – Decisão administrativa 240
4.12 – Decisão judicial 240
4.13 – Dação em pagamento 241
5. Exclusão do crédito tributário 241
5.1 – Distinções entre isenção, não incidência e imunidade 242
5.2 – Isenção 244
5.3 – Classificação das isenções 247
5.4 – Alíquota zero 249
5.5 – Diferimento de incidência 249
5.6 – Anistia 250
6. Garantias e privilégios do crédito tributário 251
6.1 – Presunção de fraude 254
6.2 – Concurso de preferências 257
6.3 – Créditos extraconcursais 258

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.4 – Inventário e arrolamento. Liquidações de pessoas jurídicas 259
6.5 – Exigência de quitações 260
6.6 – Indisponibilidade de bens e direitos 261

Capítulo VI – Administração Tributária

1. Fiscalização 263
1.1 – Sigilo comercial 264
1.2 – Dever de informar e sigilo profissional 268
1.3 – Sigilo fiscal 269
1.4 – Auxílio da força pública 270
1.5 – Excesso de exação 272
1.6 – Responsabilidade pessoal do agente público 272
2. Dívida Ativa 273
3. Certidões negativas 275
3.1 – Certidão negativa e perecimento de direito 276
3.2 – Certidão negativa e tributo não vencido 279
3.3 – Certidão negativa e consignação em pagamento 280
3.4 – Exigência de quitação de tributos e liberdade econômica 280
3.5 – Certidões negativas e precatório 281
3.6 – Precatórios e compensação 282

TERCEIRA PARTE – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Capítulo I – Competência Tributária

1. Sistema tributário 287
2. Atribuição de competência tributária 288
3. Limitações da competência tributária 290
3.1 – O âmbito constitucional 291
3.2 – Legalidade 292
3.3 – Isonomia 292
3.4 – Irretroatividade 295
3.5 – Anterioridade 297
3.6 – Proibição de confisco 298
3.7 – Liberdade de tráfego 299
3.8 – Imunidades 300
3.9 – Imunidade recíproca 301
3.10 – Imunidade dos templos 304
3.11 – Imunidades dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos 305
3.12 – Imunidade do livro, jornal e periódico 306
3.13 – Outras limitações 308
4. Competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios 309
5. Competência residual
5.1 – Conceito e limites 311
5.2 – Competência residual e adicionais 311
5.3 – Competência residual e peculiaridades locais 312
6. Competência e tributos vinculados 312

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo II – Impostos

1. Conceito de imposto 314
2. Classificação dos impostos no sistema tributário brasileiro
   2.1 – Os critérios de classificação 316
   2.2 – Competência 316
   2.3 – Forma de quantificação 316
   2.4 – Imposto proporcional 316
   2.5 – Imposto progressivo 317
      2.5.1 – Formas de progressividade 317

Capítulo III – Impostos Federais

1. Imposto de importação
   1.1 – Competência 320
   1.2 – Função 321
   1.3 – Fato gerador 321
   1.4 – Alíquotas 323
   1.5 – Base de cálculo 324
   1.6 – Contribuinte 325
   1.7 – Lançamento 325
   1.8 – Considerações especiais 326
2. Imposto de exportação
   2.1 – Competência 326
   2.2 – Função 327
   2.3 – Fato gerador 327
   2.4 – Alíquotas 328
   2.5 – Base de cálculo 329
   2.6 – Contribuinte 329
   2.7 – Lançamento 330
   2.8 – Considerações especiais 330
3. Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza
   3.1 – Competência 331
   3.2 – Função 331
   3.3 – Fato gerador 332
   3.4 – Alíquotas 336
   3.5 – Base de cálculo 338
      3.5.1 – Lucro real 338
      3.5.2 – Lucro presumido 340
      3.5.3 – Lucro arbitrado 340
      3.5.4 – Rendimento 342
   3.6 – Contribuinte 343
   3.7 – Lançamento 344
   3.8 – Considerações especiais 345
4. Imposto sobre produtos industrializados
   4.1 – Competência 346
   4.2 – Função 346
   4.3 – Fato gerador 347
   4.4 – Alíquotas 349

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.5 – Base de cálculo 349
4.6 – Não cumulatividade 351
4.7 – Contribuinte 353
4.8 – Lançamento 354
5. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários
5.1 – Competência 355
5.2 – Função 355
5.3 – Fato gerador 355
5.4 – Alíquotas 358
5.5 – Base de cálculo 359
5.6 – Contribuinte 359
5.7 – Lançamento 360
6. Imposto sobre a propriedade territorial rural
6.1 – Competência 360
6.2 – Função 360
6.3 – Fato gerador 361
6.4 – Alíquota 363
6.5 – Base de cálculo 364
6.6 – Contribuinte 364
6.7 – Lançamento 365
6.8 – Considerações especiais 365
7. Imposto sobre grandes fortunas 366
8. Impostos extraordinários
8.1 – Competência 367
8.2 – Fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas 368
8.3 – Contribuinte 368
8.4 – Lançamento 369
8.5 – Supressão gradual 369
9. Impostos da competência residual
9.1 – Praxe antiga 373
9.2 – Limitações da competência residual 374
9.3 – A nova válvula de escape: as contribuições 374

Capítulo IV – Impostos Estaduais

1. Imposto sobre heranças e doações
1.1 – Competência 376
1.2 – Função 377
1.3 – Âmbito constitucional e fato gerador 377
1.4 – Alíquotas 379
1.5 – Base de cálculo 380
1.6 – Contribuinte 380
1.7 – Lançamento 381
1.8 – Implicações no processo de inventário 381
2. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços-ICMS
2.1 – Competência 382
2.2 – Função 382

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3 – Fato gerador
2.3.1 – Fato gerador e âmbito do tributo 384
2.3.2 – Operações relativas à circulação 387
2.3.3 – Mercadorias 388
2.3.4 – Prestações de serviços 391
2.3.5 – Bens destinados a consumo ou ativo fixo 392
2.3.6 – Bens importados mediante "leasing" 393
2.4 – Alíquotas 393
2.5 – Base de cálculo 396
2.6 – Fornecimento de mercadorias com prestações de serviços 397
2.7 – Não cumulatividade 398
2.8 – Contribuinte 400
2.9 – Substituição tributária 401
2.10 – Lançamento 401
2.11 – Convênios interestaduais 402
2.12 – A lei complementar 402
2.13 – As imunidades 403
2.13.1 – Os semi-elaborados 404
2.13.2 – Operações interestaduais com petróleo, seus derivados e energia elétrica 404
2.13.3 – Ouro como ativo financeiro 405
3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
3.1 – Competência 405
3.2 – Função 406
3.3 – Fato gerador 406
3.4 – Alíquota e base de cálculo 407
3.5 – Contribuinte 408
3.6 – Lançamento 408

Capítulo V – Impostos Municipais

1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
1.1 – Competência 409
1.2 – Função 410
1.3 – Fato gerador 411
1.4 – Alíquotas 413
1.5 – Base de cálculo 415
1.6 – Contribuinte 415
1.7 – Lançamento 416
2. Imposto sobre a transmissão "inter vivos" de bens imóveis e direitos a eles relativo
2.1 – Competência 416
2.2 – Função 417
2.3 – Fato gerador 417
2.4 – Alíquotas 419
2.5 – Base de cálculo 420
2.6 – Contribuinte 421
2.7 – Lançamento 421
2.8 – Considerações especiais 421

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza
3.1 – Competência 422
3.2 – Função 423
3.3 – Fato gerador 423
3.4 – Alíquotas 427
3.5 – Base de cálculo 427
3.6 – Contribuinte 429
3.7 – Lançamento 431

Capítulo VI – Contribuições Sociais

1. Conceito e natureza jurídica 432
2. Função 433
3. Espécies 434
3.1 – Contribuições de intervenção no domínio econômico 434
3.2 – Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas 436
3.3 – Contribuições de seguridade social 437
3.4 – Contribuições sociais gerais 439
4. Competência 440
5. Contribuintes 440
6. Alíquotas e bases de cálculo 442
7. Lançamento 444
8. Considerações especiais 444
9. Contribuição de iluminação pública 445

Capítulo VII – Taxas

1. Conceito de taxa 447
2. Fato gerador 448
2.1 – Poder de polícia 448
2.2 – Serviço público 450
3. Base de cálculo 452
4. Competência para instituir e cobrar taxas 453
5. Distinção entre taxa e preço público 454

Capítulo VIII – Contribuição de Melhoria

1. Conceito 458
2. Função 460
3. Fato gerador 460
4. Cálculo 462
5. Requisitos para cobrança 464
6. Lançamento 464
7. Distinção entre contribuição de melhoria e taxa 464
8. Desvalorização do imóvel decorrente de obra pública 466
9. Razões para a não instituição 466

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

QUARTA PARTE – ESTUDOS COMPLEMENTARES

Capítulo I – Noções do Processo Administrativo Tributário

1. Introdução 471
2. Conceito, natureza e espécies 471
3. Determinação e exigência do crédito tributário
   3.1 – Considerações gerais 472
   3.2 – O procedimento e suas fases 472
   3.3 – A fase não contenciosa 473
   3.4 – A fase contenciosa 474
   3.5 – O arrolamento de bens 479
4. A consulta 479
5. Outros processos administrativos tributários 480
6. Contagem dos prazos 481
7. Recurso hierárquico 482

Capítulo II – Processo Judicial Tributário

1. Introdução 485
2. Garantias constitucionais
   2.1 – Inafastabilidade do controle judicial 486
   2.2 – Contraditório e ampla defesa 487
   2.3 – Direito à jurisdição 488
3. Espécies de processo 489
   3.1 – Processo de conhecimento 489
   3.2 – Processo de execução 490
   3.3 – Processo cautelar 490
4. Ações de iniciativa do fisco
   4.1 – Execução fiscal 490
   4.2 – Cautelar fiscal 494
   4.3 – Ação rescisória 494
   4.4 – Ação anulatória de decisão administrativa favorável ao contribuinte 495
5. Ações de iniciativa do contribuinte
   5.1 – Ação anulatória de lançamento tributário 496
   5.2 – Ação declaratória 496
   5.3 – Ação de consignação em pagamento 497
   5.4 – Ação de repetição do indébito 497
   5.5 – Mandado de segurança 499
   5.6 – Ação rescisória 501
   5.7 – Reclamação ao Supremo Tribunal Federal 501
6. Ações de controle de constitucionalidade
   6.1 – O controle de constitucionalidade pelo Judiciário 502
   6.2 – Ação direta de inconstitucionalidade 504
   6.3 – Ação declaratória de constitucionalidade 505
   6.4 – Diferença entre as ações de controle de constitucionalidade 506
7. Ações da coletividade
   7.1 – Ação popular 507
   7.2 – Ação civil pública 507

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo III – Ilícito Tributário

1. Ilícito e sanção 509
2. Ilícito administrativo tributário 510
3. Ilícito penal tributário
   3.1 – Precedentes 511
   3.2 – Crimes contra a ordem tributária
      3.2.1 – Os tipos e as penas 512
      3.2.2 – Interpretação benigna 513
   3.3 – Apropriação indébita
      3.3.1 – Precedentes 514
      3.3.2 – Não recolhimento de tributo 515
      3.3.3 – Tipo novo e prisão por dívida 517
      3.3.4 – Contribuição previdenciária e sistema de informações .. 518
      3.3.5 – Inexigibilidade de outra conduta 518
4. Sanção administrativa e sanção penal 519
5. A questão da responsabilidade penal 520
6. Sanções pessoais e patrimoniais 521
7. Solução adequada 522
8. Sanções políticas 522
9. Extinção da punibilidade pelo pagamento
   9.1 – No âmbito penal 524
   9.2 – No âmbito administrativo 525
10. Exclusão da punibilidade 526
11. Prévio exaurimento da via administrativa 526
12. Crime de supressão ou redução de tributo e imunidade
   12.1 – Elemento essencial do tipo 528
   12.2 – Fatos relativos a entidade imune 528
13. Crimes contra a ordem tributária e interpretação da lei tributária 529

Bibliografia 531

Índice alfabético 555

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br